



A M u d a n ç a j á C o m e ç o u

2 0 0 4



Ao final do primeiro ano de mandato do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito sob o símbolo da esperança de milhões de brasileiros, o Brasil pode exibir com orgulho os sólidos alicerces construídos em ações firmes que levam à garantia de uma estabilização econômica duradoura. A consequência é o início da retomada de um crescimento econômico sustentável e compatível com o combate à miséria e à fome, de modo a permitir que os benefícios do desenvolvimento alcancem todos os brasileiros.

Mesmo diante do grave cenário encontrado pelo atual governo e da secular injustiça e exclusão social, foi possível avançar na recuperação da estabilidade econômica e na construção das bases para a retomada de um processo sustentado de desenvolvimento. Também foi possível caminhar na definição de diretrizes que indicam, desde já, um futuro diferente para todos os brasileiros. Ao final do primeiro ano, está delineada a forma de um novo projeto de Nação, tarefa que exige a participação de todos, para que possam ser contemplados com o progresso econômico, social e humano.

## Economia com os pés no chão

Ao contrário do que acontecia no final de 2002, quando o caos rondava a economia, os indicadores mostram uma reversão de tendência: câmbio estabilizado, inflação sob controle, Risco-Brasil em queda, indicando o aumento da confiança internacional, taxa de juros em queda consistente e gradativa e, principalmente, a clara sinalização quanto à retomada do crescimento.

Nada disso aconteceu por acaso. O governo, cumprindo os compromissos assumidos com o povo brasileiro e com nossos parceiros econômicos e comerciais, agiu com firmeza para debelar a crise que ameaçava levar o País a mais um quadro de insolvência, que tanto penaliza os mais pobres.

O governo herdou uma inflação em alta. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu 3,02% em novembro de 2002, correspondendo a uma taxa anualizada de 43%. O Risco-Brasil ultrapassou 2.400 pontos ao final de setembro de 2002, com o câmbio depreciando progressivamente e uma política econômica cujos principais instrumentos estavam esgotados. Além de tudo, o financiamento dos desequilíbrios fiscais realizava-se por meio de elevação da carga tributária ou por receitas extraordinárias. O Brasil de 2002 legou para o Brasil de 2003 um quadro com elevado índice de desemprego e de crescimento da relação entre dívida e Produto Interno Bruto (PIB), que alcançou a casa dos 62,3% em setembro de 2002. Ainda que a confiança interna e externa tenha começado a retornar no dia seguinte às eleições, só quando o atual



governo adotou medidas rigorosas de controle das contas públicas a situação começou a ficar sob controle. Tais medidas foram adotadas de forma pública e transparente. O governo elevou a meta de superávit primário para 4,25% do PIB, contingenciando o orçamento fiscal em R\$13 bilhões para reduzir a fragilidade das finanças públicas, sem recorrer à elevação da carga tributária, e ajustou a política monetária para controlar a inflação e reduzir nossa vulnerabilidade externa. Foi fundamental neste período o apoio da população, ao compreender as iniciativas do governo, que não cedeu à possibilidade de tomar medidas paliativas que oferecessem uma falsa sensação de prosperidade, tão comuns em passado recente.

Reverteram-se completamente as expectativas mais pessimistas, de que haveria um agravamento da desorganização da economia e das finanças públicas. As medidas foram duras, mas necessárias, e os resultados não demoraram a aparecer. Sem elas não teria sido possível recuperar a confiança interna e externa em nossa economia e na capacidade do País em retomar uma trajetória de crescimento sustentável. Ainda no primeiro semestre, a inflação começou a ceder e hoje é possível projetá-la na casa dos 6% para 2004, metade do que era esperado no início de 2003. Também no primeiro semestre, as linhas internacionais de crédito foram restabelecidas, os investimentos externos começaram a ser retomados, a credibilidade do País só cresceu e o Risco-Brasil caiu para menos de 800 pontos. Controlada a inflação, a taxa de juros básica pôde ser reduzida em 10 pontos percentuais no segundo semestre e os depósitos compulsórios em 15 pontos percentuais, o que se refletiu na redução da taxa de juros às empresas e consumidores e pelo início de redução dos *spreads* bancários.

Mas a grave crise de 2002 mostrou seu custo: a atividade industrial e de serviços sofreram retração; os empregos gerados não foram capazes de absorver as novas demandas por trabalho e de reverter os altos e crescentes índices de desemprego com os quais o País já convivia. A renda média dos trabalhadores e os investimentos públicos e privados diminuíram. Mas a população e governo sabiam que recuperar a estabilidade da economia em um País com histórico de crises sucessivas e duradouras como o Brasil exigia medidas duras. Elas foram tomadas e mostraram-se acertadas e capazes de permitir ao País voltar a trilhar o caminho do crescimento e da distribuição de renda.

Tais quedas só não foram mais pronunciadas porque os setores produtores de bens comerciáveis e voltados à exportação, em particular o agronegócio, garantiram níveis bastante significativos de investimento, produção e emprego. Entretanto, a partir do segundo semestre de 2003 a indústria de transformação iniciou a retomada de suas atividades. Entre junho e

dezembro a produção de bens de capital cresceu 13,3%, bem acima da média da indústria que expandiu 6,4%. O aumento da produção de bens de capital indica no segundo semestre de 2003 uma recuperação do investimento no País, o que nos faz prever um 2004 com crescimento sustentável da renda e criação de postos de trabalho. Até novembro, foram gerados 945.351 novas oportunidades de trabalho no mercado formal. Outra grande conquista de 2003 foi o ajuste estrutural da conta de transações correntes de nosso balanço de pagamentos, liderado pelo desempenho da balança comercial. Este deveu-se tanto à política ofensiva de promoção de exportações e conquista de novos mercados pelo governo quanto por ganhos de produtividade das empresas advindas de economias de escala e escopo e de investimentos em novos equipamentos. A articulação público-privada no setor externo resultou no maior superávit comercial de nossa história (US\$24,8 bilhões) e em *superávit* de transações correntes de mais de US\$4 bilhões, permitindo cumprir com folga nossos compromissos internacionais.

### Um novo projeto nacional em construção

O governo começou a implementar políticas de repartição desses ganhos. Aos primeiros sinais de retomada da economia, o governo colocou em prática uma política de distribuição dos ganhos, ampliação das oportunidades de investimento, unificação das políticas de transferência de renda, criação de programas de bancarização da população de baixa renda, de microcrédito e a lei de crédito em consignação.

São sinais claros de que um novo projeto de Nação começa a se desenhar. Transformações estruturais demandadas há tempos foram tomadas como prioridade. Reformas como a da Previdência e Tributária foram conduzidas com coragem pelo governo e encaminhadas ao Congresso com apoio da sociedade. As novas diretrizes estabelecidas para a política industrial privilegiam a criação de um ambiente favorável à produção, estimulando e norteando os investimentos privados em segmentos promissores. O governo faz sua parte, dando condições para que a iniciativa privada coloque em prática a criatividade, a capacidade empreendedora e o conhecimento acumulado pelas empresas. O moderno programa de reforma agrária; o aumento de nossa inserção soberana no mundo; as inovações na gestão do Estado, por meio dos mecanismos de participação e consulta; defesa da ética e da transparência; programa de parceria público-privada que redefine o papel do Estado na sociedade, como indutor e partícipe do crescimento sustentável; a renovação do papel dos bancos públicos; e o fortalecimento dos novos marcos regulatórios são resultado do esforço do Governo Federal e de sua base no



Congresso. Além disso, a recuperação, atualização e aprovação de projetos importantes na pauta do poder Legislativo, como o Estatuto do Idoso, o Estatuto do Desarmamento, o Estatuto do Torcedor e a Lei do ISS, todas essas iniciativas visam à construção de um projeto de Nação sonhado pela população.

## Gerando crédito, emprego e renda

As políticas de incentivo ao crédito para pequenos tomadores (microcrédito, crédito para aquisição de eletrodomésticos, linha de crédito para aposentados, créditos consignados à folha de pagamentos), bem como a ampliação do número de famílias atendidas por políticas de transferência de renda (Fome Zero e Bolsa Família), aumentaram a circulação de dinheiro na economia, melhorando a distribuição da renda e valorizando a cidadania dos setores mais pobres da nossa sociedade em dimensões inéditas em nosso País.

A esse movimento somou-se a retomada da função dos bancos públicos também como fomentadores da economia. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem intensificado suas linhas para as pequenas empresas e aumenta em 40% os empréstimos a este segmento em relação a 2002. O Banco do Brasil atua no apoio à exportação por pequenas firmas. O Banco da Amazônia (BASA) e o Banco do Nordeste (BNB) trabalham amplamente no microcrédito. Novas linhas de crédito foram abertas, desburocratizadas, permitindo o acesso rápido, por exemplo, aos R\$32 bilhões de crédito agrícola disponibilizados pelo governo ou aos inéditos R\$5,4 bilhões de créditos para a agricultura familiar.

O BNB aplicou em 2003 R\$1,6 bilhão em financiamentos ao setor produtivo regional, dos quais R\$1 bilhão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). É o melhor desempenho dos últimos 10 anos e corresponde a um crescimento de quatro vezes em relação a 2002. Com esse marco, o BNB retorna ao verdadeiro papel de instituição financeira de desenvolvimento regional, atingindo participação de 80% do total de aplicações ativas do sistema financeiro do Nordeste.

Dentro dos rumos do governo do presidente Lula, a gestão do BNB enfatiza a atuação creditícia, acessível a maior número de nordestinos, como principal ação de fomento ao desenvolvimento. Complementarmente, promove em conjunto com organizações parceiras outras iniciativas que devem preceder e acompanhar o crédito – assistência técnica, infra-estrutura, capacitação, convivência com o semi-árido, potencializando os efeitos dos financiamentos.



A Caixa Econômica Federal, por sua vez, além de investir fortemente no microcrédito, ampliou seus financiamentos em habitação e saneamento. Neste último setor, assinou contratos de cerca de 1,6 bilhão de reais, o que representa mais do que o dobro da soma que foi investida na área, nos três últimos anos do governo anterior. Somando-se às operações das instituições privadas, o montante chega a R\$1,72 bilhão.

A política de incentivo ao microcrédito patrocinada pelo governo recebeu a adesão dos bancos públicos e dos bancos privados. Juntamente com o recurso vem cidadania, pois, só na Caixa Econômica Federal, mais de um milhão e meio de cidadãos antes excluídos dos serviços bancários puderam abrir suas contas e, por intermédio de créditos de até R\$1 mil, investiram em pequenos negócios que vão gerar renda e ajudar a impulsionar a economia, principalmente nas periferias das grandes metrópoles. No Banco Postal o mesmo movimento foi verificado. As novas normas legais deram segurança aos credores, autorizando o desconto no contracheque do pagamento das dívidas contraídas e viabilizaram cidadania aos trabalhadores. Com menos risco de inadimplência, os juros caem significativamente.

Todos esses projetos e programas têm como objetivo central garantir que, numa mesma fase de crescimento econômico, a distribuição de renda e de oportunidades seja tomada como meta estruturante na construção de um novo projeto de Nação.

## Prioridade para os mais pobres

O governo assumiu o compromisso de melhorar a qualidade das políticas voltadas à inclusão social. O maior desafio era unificar diversos programas de transferência de renda, nem todos eficientes e justos, e combater a fome em todo e qualquer lugar. O Bolsa-Família é mais eficiente porque reúne em um só programa de transferência de renda condições para a universalização da saúde, educação e segurança alimentar, tornando sua administração mais barata e racional. Também busca corrigir distorções e injustiças dos programas sociais anteriores que, muitas vezes, tinham os recursos drenados pela ineficiência administrativa. Encerramos o ano de 2003 com 3,6 milhões de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família. Até o final do governo, serão 11,4 milhões. O valor médio recebido por família beneficiada pelos programas sociais cresceu de R\$28,00/mês para R\$75,00/mês. As famílias beneficiadas precisam atender às seguintes condições, entre outras: manter seus filhos na escola, participar dos programas básicos de saúde pública, vacinação, pré-natal.



O programa Fome Zero, que teve o grande mérito de colocar a discussão e o enfrentamento da fome na pauta nacional, superou suas expectativas. Ele está presente em 1.277 municípios do País, atendendo a 1,3 milhão de famílias, cerca de cinco milhões de pessoas, e com ampla participação da sociedade. Nas cidades em que os projetos de nutrição e controle da mortalidade infantil; agricultura familiar; microcrédito; qualificação profissional; alfabetização; e distribuição de merenda para crianças na pré-escola estão implementados, os indicadores da melhoria da qualidade de vida são animadores. Em Guaribas e Monsenhor Hipólito, no Piauí, e em São Bento do Norte e Tenente Laurentino Cruz, no Rio Grande do Norte, não houve óbito algum de crianças menores de um ano e a atividade econômica dos pequenos empreendimentos floresceu. Milhares de cisternas começaram a ser construídas numa parceria do governo, moradores, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e empresas, para garantir o acesso à água e livrar essas populações da indústria da seca, que há séculos explora o Nordeste brasileiro. Para além dos resultados concretos, o Fome Zero mostrou que a sociedade brasileira é capaz de se sensibilizar e se mobilizar em múltiplas e generosas iniciativas.

Ao mesmo tempo, as políticas sociais em saúde e educação mantiveram seu dinamismo e avanços importantes foram alcançados. Na saúde, houve expressivo aumento dos investimentos no atendimento básico e no número de agentes do programa Saúde da Família. As campanhas de vacinação alcançaram índices recordes de atendimento e as inovações começam a ser implantadas em iniciativas como o Serviço Móvel de Atendimento de Urgência (SAMU), que levará 800 ambulâncias com serviço de UTI Móvel a todo o País.

Na educação, o governo lançou um ousado programa de alfabetização de adultos — o Brasil Alfabetizado —, que, em parceria com a iniciativa privada e a sociedade, está alfabetizando mais de 3 milhões de adultos e pretende alcançar 20 milhões de cidadãos até 2007.

Na segurança pública, além da participação em operações importantes como o combate ao crime no Rio de Janeiro e a repressão ao crime organizado, no Espírito Santo, o Governo Federal vem articulando com os estados a implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e o Comando Unificado do Sudeste para, com planejamento, inteligência e integração, tornar mais eficiente a ação policial no combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado. Da mesma forma, o governo se empenhou na aprovação do projeto de lei que estabelece o desarmamento e um maior controle do uso de armas pela população.

As ações desenvolvidas pelo governo na área social, mesmo diante das dificuldades econômicas, mostram que proteger os mais pobres é uma meta inalienável. As iniciativas foram das grandes

medidas — como a unificação das políticas de transferência de renda; o lançamento do programa Primeiro Emprego, por meio do qual as empresas são estimuladas a contratar jovens, sem desempregar trabalhadores experientes; e o programa Luz para Todos, que já está em andamento e levará, até 2007, energia elétrica para 2,5 milhões de famílias que ainda hoje não têm acesso a esse serviço básico — às ações pontuais, que em muito favorecem quem precisa. Essas iniciativas traduzem os compromissos históricos do governo. Pode ser citada a antecipação da data de pagamento de benefícios do INSS; a ampliação da repressão ao trabalho escravo e o combate ao trabalho infantil; a adoção de medidas de proteção às nações indígenas e à mulher vítima de violência; o combate à discriminação racial; a defesa dos direitos humanos e a reparação das vítimas da ditadura militar.

### Enfrentando desafios históricos, fazendo as reformas

Uma nova etapa nas relações entre Executivo, Legislativo e Judiciário foi inaugurada no Brasil. Desde o primeiro momento, o governo chamou ao diálogo as várias instâncias do poder. Um exemplo foi a presença do Presidente da República na sessão de instalação do ano legislativo no Congresso Nacional. Essa postura conciliatória, agregadora e inovadora contribuiu sobremaneira para que fossem viabilizadas as condições da governabilidade e as grandes reformas que vão redesenhar o Estado brasileiro, como a Previdenciária e a Tributária. O Governo valorizou o diálogo, o entendimento e a negociação, sem, contudo, perder a firmeza nas decisões quanto a temas polêmicos. Em nenhum momento abriu-se mão da responsabilidade de se fazer o que precisava ser feito.

A Reforma Agrária foi e continua sendo um compromisso prioritário. O governo concentrou esforços, no primeiro semestre de 2003, na recuperação e desenvolvimento da agricultura familiar. Nada menos que 1,8 milhão de famílias vive e produz em pequenas propriedades em todo o País, respondendo por importante parcela do abastecimento. Ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foram destinados R\$5,4 bilhões neste ano agrícola para financiar a safra. O Presidente da República determinou que os agentes financeiros públicos assegurem que esse volume inédito de recursos seja, de fato, emprestado aos pequenos produtores. Parte dessa verba está atendendo a cerca de 400 mil famílias em assentamentos da reforma agrária. Ainda não é o bastante para resgatar a dignidade das famílias assentadas em governos passados, sem as condições necessárias para produzir e viver. Milhares de brasileiros foram lançados em áreas rurais imprestáveis para a agricultura, sem energia elétrica, serviços de saúde, educação e sem condições técnicas de aumentar a





produtividade, armazenar e comercializar sua produção. O Governo atual tem o compromisso de recuperar os assentamentos precários – cerca de 80% do total existente – e de dar acesso à terra para 530 mil famílias até o ano de 2006. É um compromisso que desperta a confiança dos movimentos de trabalhadores rurais e tranquiliza os proprietários de terras produtivas. É assim que se enfrenta a histórica tensão no campo: fazendo avançar a reforma agrária, pacificamente, dentro da lei.

A Reforma da Previdência, demandada pelo País e sempre adiada por sucessivos governos, foi realizada e criou condições para uma previdência economicamente equilibrada e socialmente justa. A regulamentação do sistema de previdência complementar cria condições para que os trabalhadores brasileiros possam optar com segurança por complementos de renda na aposentadoria.

Ao mesmo tempo, o consenso obtido em torno de temas centrais da Reforma Tributária abre caminho para que o Brasil tenha um sistema tributário mais justo, equilibrado, racional e eficiente, capaz de eliminar, com o tempo, a regressividade resultante da estrutura tributária atual, que penaliza os mais pobres.

A desoneração definitiva das exportações, a nova Cofins não-cumulativa, a redução da tributação sobre folha de pagamento e a desoneração dos bens de capital são medidas que terão grande impacto na economia, na medida em que melhoram a qualidade dos tributos e incentivam a atividade produtiva e a alocação eficiente de recursos.

A desoneração da cesta básica de alimentos e dos medicamentos, além da constitucionalização do direito à renda mínima, contribui para a gradativa construção de um novo sistema tributário não-regressivo e mais justo que o atual.

No âmbito da discussão da Reforma Tributária, o governo consolidou um compromisso fundamental de não aumentar a carga tributária frente às necessidades de equilíbrio de suas contas.

As duas reformas – Tributária e da Previdência – só puderam ser encaminhadas pela disposição do Governo de ouvir e negociar com governadores, prefeitos, parlamentares e setores da sociedade. Um amplo, profundo e permanente diálogo revela o respeito à democracia, à independência dos poderes e ao pacto federativo por parte do Governo Federal.



Esta atitude se prolonga nos processos preparatórios para outras reformas que o governo tem compromisso de encaminhar até 2006, como a Sindical e a Trabalhista. Além disto, o Congresso já debate a Reforma Judiciária e a Política. Iniciativas como a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, composto por representantes dos mais variados segmentos da sociedade para, junto com o governo, definir e preparar a pauta para um novo projeto de Nação, o Fórum Nacional do Trabalho e a criação da Secretaria da Reforma do Judiciário apontam para um prognóstico animador no encaminhamento das reformas estruturais.

Está sendo implementado um conjunto de ações para melhorar o serviço público no Brasil, recuperar a capacidade de intervenção do Estado e elevar a auto-estima do servidor público. A reestruturação das carreiras de Estado, com ganhos salariais efetivos; a abertura de concursos, em particular para a Polícia Federal, universidades e hospitais universitários; e a adequação funcional das agências reguladoras garantirá, em futuro próximo, a prestação de um serviço público de melhor qualidade para os brasileiros.

## Crescimento sustentado

A redefinição de marcos regulatórios na área de energia, telecomunicações, transportes, saneamento e do papel das agências reguladoras está avançada. Por meio desses marcos, o governo pretende, dialogando com os agentes envolvidos, criar condições para que os investimentos nesses setores possam crescer com segurança, ao mesmo tempo em que garante à população qualidade de serviços com tarifas compatíveis.

A Parceria Público Privada (PPP), cujo projeto o Governo já enviou ao Congresso Nacional, é peça decisiva para a retomada dos investimentos em infra-estrutura no Brasil. As restrições orçamentárias e fiscais, combinadas com a gravidade das demandas existentes nesta área, em especial na área de saneamento e transporte, exigiram que o governo adotasse uma solução criativa, caracterizada pela parceria entre o poder público e o setor privado, viabilizando investimentos na área de infra-estrutura, que nenhum dos dois setores conseguiria fazer sozinho.

As medidas destinadas a estimular o crescimento estão sintonizadas com as preocupações ambientais. A realização da Conferência Nacional do Meio Ambiente reafirmou os compromissos do governo nessa área, já manifestados nas operações de combate ao desmatamento e ao corte



ilegal de árvores na Amazônia, na criação de novas áreas de preservação e na defesa do Parque Nacional de Foz do Iguaçu. Deve ser citado também o Projeto de Lei sobre Biossegurança enviado ao Congresso Nacional. O governo entendeu que este é o fórum adequado à discussão sobre a regulamentação da pesquisa e comercialização de produtos geneticamente modificados, com o devido cuidado no seu impacto para a saúde e meio ambiente, bem como para a adoção de outra atitude diante dos impasses entre progresso e meio ambiente, como é exemplo a construção da BR-163, uma estrada cuja implantação contará com critérios ambientais bem-definidos.

### Inserção soberana no mundo globalizado

O Brasil está praticando uma política externa ativa e criativa, valorizando as suas maiores riquezas: a população pluriétnica, o vasto território, a convicção democrática, a vocação pacifista, a convivência entre diferentes e a economia diversificada. A competência diplomática dá consequência às iniciativas políticas e comerciais do governo. No Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no Fórum Econômico Mundial em Davos, em Evian, na reunião do G-8 e na abertura da Conferência das Nações Unidas, em setembro, o Presidente do Brasil pautou a questão da fome como tema de preocupação e ação internacional. O governo brasileiro posicionou-se de maneira clara contra o terrorismo e pela paz, unindo-se a países que, com o mesmo espírito, condenaram tanto a barbárie dos atentados quanto a reação militar unilateralista que a ela se seguiu.

A partir da iniciativa de recuperação política e comercial do Mercosul, o governo brasileiro reforçou e ampliou as relações com os vizinhos do continente sul-americano, visando a uma efetiva integração da região, inclusive fisicamente por meio de obras de infra-estrutura. Os interesses comerciais e estratégicos do País estão sendo defendidos com vigor em todas as instâncias de negociação. Com ousadia e criatividade, nossa diplomacia articulou a formação do G-20, que estabeleceu um novo e importante pólo de referência na OMC e fez sua última reunião no Brasil em dezembro de 2003.

O mesmo pode ser dito da atuação do Brasil nas negociações visando à constituição da Alca, nas quais o País atuou no sentido de fazer avançar os entendimentos, respeitando a soberania dos países envolvidos e seus interesses específicos. Para o sucesso dessa política, o entendimento com grandes países, como Índia, China, África do Sul e Rússia, reforçou nosso peso político e comercial, além de abrir novos mercados para nossos produtos. Corretamente, o Brasil vem lutando pela superação de barreiras artificiais no comércio exterior. O superávit comercial



obtido está diretamente relacionado com a abertura de novos mercados e o incremento do comércio com países só agora incluídos, com o destaque merecido, no mapa do comércio e da diplomacia brasileira. Prova disso é a expressiva multiplicação de nossas relações comerciais com a China – que se transformou este ano em nosso segundo maior parceiro – e países como o Irã, por exemplo, além do sucesso na mundialização da atuação de empresas nacionais como a Petrobras, Vale do Rio Doce e Embraer. Ao mesmo tempo, o Presidente Lula e nossa diplomacia defendem, em todas as oportunidades, uma reforma profunda e democrática nos organismos internacionais, notadamente nas Nações Unidas, uma reforma que faça prevalecer a convivência pacífica entre as nações, o combate à fome e à injustiça em escala mundial e a predominância de um entendimento multilateral entre os países. O apoio explícito de diversas nações e chefes de Estado à ampliação do Conselho de Segurança da ONU, muitos deles referendando a indicação do Brasil para membro permanente de um novo conselho, confirma o acerto da política externa do governo Lula.

### Nova relação com a sociedade

O primeiro ano de governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi profundamente marcado pela participação da sociedade na definição de políticas públicas. Provavelmente, nunca a sociedade brasileira esteve tão ávida e disposta a participar de um projeto comum de reconstrução do País, como nos dias de hoje. O desafio de retomar o crescimento com justiça social, geração de emprego e distribuição de renda é capaz de unir as mais diversas organizações sociais e mobilizar energias em todo o Brasil.

O diálogo social está permitindo ao governo formular e executar políticas públicas capazes de responder às expectativas da maioria da população nas mais diversas áreas, desde o acesso ao crédito por parte dos trabalhadores até o plano nacional de reforma agrária. Os ministérios promoveram conferências nacionais temáticas para definir políticas na área de saúde, meio ambiente, pesca, assistência social, direitos da criança e do adolescente e cidades.

Também pela primeira vez na administração federal, o planejamento do País a médio e longo prazo foi definido em ampla consulta à sociedade civil. A elaboração do Plano Plurianual 2004-2007 resultou de debates que envolveram, em todos os estados, representantes de 2.170 entidades da diversa e plural sociedade brasileira.

Esse novo método de governar mostra-se ainda mais relevante do ponto de vista da democratização, quando substitui a tradição autoritária do Estado, marcada pela



desconsideração – quando não até criminalização – dos movimentos reivindicatórios, pelo reconhecimento da legitimidade das entidades da sociedade civil e pelo tratamento respeitoso que confere às demandas apresentadas pelos mais diversos setores.

O compromisso com o diálogo democrático reflete-se na agenda de trabalho do Presidente Lula. Neste primeiro ano, ele recebeu ou foi recebido pelas mais expressivas entidades brasileiras. Foi o primeiro Presidente da República a visitar a Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o congresso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e todas as entidades nacionais de empresários, além da Associação Brasileira de ONGs. O Presidente manteve reuniões, audiências e encontros com mais de 150 entidades da sociedade civil em 2003.

Esse novo modelo de gestão, somado a outras iniciativas já descritas, repousa num sólido compromisso ético e de transparência, na valorização das instituições democráticas, na correta administração dos recursos públicos e num compromisso de combater a corrupção, a impunidade e a injustiça.